Município de São Miguel da Boa Vista- SC

Processo Seletivo 001/2018

Prova objetiva escrita para o cargo de:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

1. A Prova terá duração de 03 (três) horas, com horário previsto para o início as 09h00min e término às 12h00min.
2. O tempo gasto pelo Fiscal para as orientações gerais será descontado, iniciando-se a partir do momento em que o mesmo autorizar o inicio da realização da prova.
3. Esta prova contém 20 (vinte) questões objetivas, cada uma com 04 (quatro) alternativas, sendo apenas uma a correta.
4. Leia atentamente todas as questões assinale a alternativa que achar que esteja correta e passe para o cartão resposta, o qual possui sua identificação e a identificação por código de barras o qual você deverá opor a sua assinatura.
5. O caderno de provas é o seu rascunho, pode utilizá-lo para isso.
6. A marcação no cartão resposta deve-se dar com caneta esferográfica da seguinte maneira:
   Você deverá marcar a sua alternativa correta como no exemplo abaixo:

Questão	Alternativa correta			
01	■	B	C	D

   - preenchimento correto.
   Não serão aceitos outros tipos de marcações, pois a correção será realizada por leitura óptica.
7. O cartão resposta é o único documento que comprova as respostas corretas.
8. Se durante a prova necessite ir ao banheiro, chame o fiscal, levantando uma das mãos. Lembre-se que você só poderá sair da sala após 01 (uma) hora do inicio da prova.
9. Qualquer dúvida ou reclamação relativamente a alguma questão, você poderá utilizar o formulário de recurso anexo ao Edital de Processo Seletivo 001/2018.
10. Boa prova.
11. Com auxilio do fiscal destaque, se desejar, o rascunho do seu cartão resposta.
12. Para levar o caderno de prova você deve permanecer na sala no mínimo até às 11h00min.

.....

Processo Seletivo Município de São Miguel da Boa Vista- SC

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**

Conhecimentos Gerais

01- Em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". São objetivos do PNE, exceto:

a) A democratização da gestão do ensino público.
b) A elevação global do nível de escolaridade da população.
c) A melhoria da qualidade do ensino com foco exclusivo na educação básica.
d) A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

02- De acordo com o disposto na lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – mais conhecido como FUNDEB, à natureza do FUNDEB é:

a) Legislativa.
b) Contábil.
c) Executiva.
d) Judiciária.

03- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN estabelece as diretrizes e bases para a educação no Brasil, em seu artigo oitavo ela dispõe sobre a organização da educação nacional, distribuída entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência dos Municípios:

a) Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.
b) Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
c) Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.
d) Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

04- Em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da SEESP/MEC é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino. Dado o caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades, a Política visa atender alunos com:

a) Apenas deficiência, altas habilidades/superlotação.
b) Apenas transtornos globais do desenvolvimento e deficiência.
c) Apenas altas habilidades/superdotação.
d) Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

05- Assinale a alternativa que mais se assemelha a concepção pedagógica de Paulo Freire:

a) A educação para o autor tem dois aspectos considerados essenciais: o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais. De acordo com ele a sensibilidade do jovem deveria ser educada.
b) O bom professor precisa seguir cinco passos formais para alcançar êxito na aprendizagem escolar de seus alunos: a preparação, a apresentação do novo argumento, a associação, a integração sistêmica e o método ou aplicação.
c) A escola apresenta conhecimentos interessados e desinteressados que estariam em busca da libertação do homem a partir da visão da classe dominada. Assim, compreende as relações educacionais na escola, como um dos instrumentos de opressão.
d) Os métodos deveriam, assim, explorar a curiosidade, as dúvidas e incertezas, a continuidade das ideias, a investigação, a observação e a experimentação. O ensinar e o aprender são para o autor “atos correlativos”, afinal “não se pode dizer que se ensinou, se ninguém aprendeu”.

06- A ANA, um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), avalia os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Estudantes do ensino fundamental que passam por essa avaliação:

a) Alunos do 2º ano do fundamental.
b) Alunos do 3º ano do fundamental.
c) Alunos do 4º ano do fundamental.
d) Alunos do 5º ano do fundamental.

07- A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). A prova Brasil tem como objetivo:

a) Avaliar a prática docente em sala de aula.
b) Avaliar a qualidade da instituição educacional do sistema regular de ensino.
c) Avaliar a administração pedagógica da escola e o rendimento dos professores da rede nacional de ensino.
d) Avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

08- De acordo com o decreto 7.352/2010 caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando, exceto:

a) A organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.
b) Fomentar educação básica na modalidade educação de jovens e adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental.
c) Garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo.
d) Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

09- A Lei nº 11.645/2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática:

a) História e Cultura Euro-Brasileira e Indígena.
b) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
c) Arte e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
d) História da Arte Euro-Brasileira e Indígena.

10- Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a Base Curricular Nacional e propõem, exceto:

a) A organização da escolaridade em ciclos.
b) A obrigatoriedade de cumprir com os conteúdos abordados.
c) Um compromisso com o fortalecimento da cidadania.
d) A abordagem de temas transversais para todas as disciplinas.

Conhecimentos Específicos

11- Segundo o Artigo 2° da Lei n° 9.394/1996, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade:

a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o pleno desenvolvimento do educando, respeito à liberdade e tolerância.
b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
c) O pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua classificação para o trabalho.
d) Garantia e padrão de qualidade, garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, valorização do profissional da educação escolar.

12- A Lei n° 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos. Qual a finalidade do PNE?

a) O PNE tem como finalidade direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país.
b) O PNE tem como finalidade organizar, manter e desenvolver os órgão e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.
c) O PNE tem como finalidade baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.
d) O PNE tem como finalidade autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de ensino.

13- Piaget impulsionou uma teoria, onde propõe a existência de quatro estágios de desenvolvimento cognitivo no ser humano: os estágios da inteligência sensório-motora, pré-operatória, operatório concreto e operatório formal ou abstrato. Piaget impulsionou a:

a) Teoria do Desenvolvimento.
b) Teoria da Aprendizagem.
c) Teoria Cognitiva.
d) Teoria do Pensamento Científico.

14- Pensador da educação que acreditava que deve haver o compartilhamento do saber através de um processo de mútua troca do saber. Onde o educando deve conduzir o aluno na percepção da leitura do mundo que o cerca, pois só é possível conquistar o saber se aprender a analisar o mundo em que vive:

a) Lev Vygotsky.
b) Jean Piaget.
c) Paulo Freire.
d) Henri Wallon.

15- Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil, deve ser assegurado seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. São eles:

a) Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.
b) Aprender, Correr, Crescer, Comer, Dormir e Ler.
c) Reunir, Participar, Pensar, Falar, Imaginar, Escutar.
d) Crescer, Aprender, Imaginar, Conviver, Brincar e Pensar.

16- O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas, que são:

a) O EJA, a Educação Especial, Ensino Superior.
b) Ensino Fundamental, Educação Escolar Indígena, Educação Básica.
c) Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio.
d) Educação Profissional, Educação Infantil, EJA.

17- A base do pensamento construtivista consiste em considerar que há uma construção do conhecimento e, que para que isso aconteça, a educação deverá criar métodos que estimulem essa construção. Essa linha pedagógica entende que o aprendizado se dá em conjunto entre professor e aluno, ou seja, o professor é um mediador do conhecimento que os alunos já têm em busca de novos conhecimentos criando condições para que o aluno vivencie situações e atividades interativas, nas quais ele próprio vai construir os saberes. Essa filosofia de ensino é inspirada na obra de:

a) Paulo Freire.
b) Jean Piaget.
c) Lev Vygotsky.
d) Jean Rousseu.

18- O código EI02TS01 refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências “Traços, sons, cores e formas” para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Qual o par que indica o campo de experiências:

a) EI.
b) 02.
c) 01.
d) TS.

19- A avaliação é uma prática didática do trabalho docente que deve acompanhar todas as etapas do processo ensino aprendizagem. Para a professora dos anos iniciais do ensino Fundamental, Sabrina, a avaliação não deve ser encarada como uma atividade que se resume a aplicação de testes e provas para posterior aplicação de notas, mas como o ponto de partida para a reflexão do nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor quanto dos alunos. Os resultados que vão sendo obtidos no decorrer da relação pedagógica entre professor e alunos são comparados com os objetivos propostos, com o intuito de se detectar progressos, dificuldades e, fundamentalmente, reorientar o trabalho docente.
Esse tipo de avaliação é denominada:

a) Somatória.
b) Regulatória.
c) Formativa.
d) Integradora.

20- Segundo a Lei nº 9.394/96 a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica. A finalidade da Educação Básica é:

a) Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
b) Desenvolver a capacidade de brincar, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício físico e fornecer-lhe meios para na atividade e em estudos posteriores.
c) Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos anteriores.
d) Desenvolver o educando na capacidade de brincar, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores e anteriores.